

SANTOS, Pedro Joaquim dos

* magistrado; min. STF 1919-1931.

Pedro Joaquim dos Santos nasceu em Salvador no dia 16 de julho de 1866, filho de Pedro Joaquim dos Santos e de Emília de Sousa Lessa Santos. Seu irmão João Pedro dos Santos foi deputado federal de 1906 a 1908 e de 1924 a 1930.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1887, iniciou a carreira na magistratura ao ser nomeado promotor público de Canavieiras, em sua província natal. Em março de 1889 foi promovido a juiz municipal dos termos reunidos de Canavieiras e Belmonte. Em de 1893 foi promovido a juiz de direito dessas mesmas comarcas e em 1896 foi transferido para a comarca de Feira de Santana. Teve passagem pelo Tribunal de Conflitos, Administrativo e de Contas do Estado da Bahia, corte surgida em função da autonomia federativa, que possibilitou a cada estado organizar sua Justiça de acordo com as peculiaridades locais. Foi promovido a desembargador do Tribunal Superior de Justiça do mesmo estado em 1899.

Exercia essa função, quando, em outubro de 1919, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Eptácio Pessoa (1919-1922), na vaga surgida em decorrência do falecimento do ministro Coelho e Campos. Em 1923, foi relator do recurso criminal impetrado pelo então ex-presidente Eptácio Pessoa contra o despacho de um juiz federal que não recebeu a queixa que oferecia contra o *Correio da Manhã*, por crimes de injúria e calúnia. O jornal, então um dos mais prestigiados da capital federal, acusava Eptácio Pessoa de valer-se do cargo para obter vantagens pessoais, o que, segundo o ex-presidente, configurava caso de abuso do direito de liberdade de imprensa e expressão. Em despacho, Pedro dos Santos foi favorável à demanda de Pessoa e determinou ao juízo que recebesse a queixa contra o periódico.

Estava no exercício de suas funções no STF quando o movimento revoltoso de outubro de 1930 alcançou a vitória. Foi aposentado por decreto em fevereiro de 1931, ocasião em que a composição da corte foi reduzida de 15 para 11 ministros. Depois do ato que determinou

sua passagem à inatividade, retirou-se da vida pública. Foi ainda professor da Faculdade de Direito da Bahia, regendo a cadeira de teoria e prática do processo criminal.

Faleceu em 14 de dezembro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro.

Foi autor de vasta obra doutrinária, sobre quase todos os domínios do direito, dispersa em revistas e publicações especializadas em forma de artigos e pareceres.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>